

ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP) DA UNIDADE ESCOLAR POTIGUAR JOSÉ RUFINO: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA SOBRE AS POSSIBILIDADES EDUCATIVAS CONJECTURADAS PELA ESCOLA

ALEX SANDRO COITINHO SANT'ANA ¹

RESUMO

Este resumo, originado de um projeto de iniciação à docência em andamento, é resultado de nossos estudos desenvolvidos no subprojeto de Pedagogia do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), e por meio dele tivemos acesso ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola parceira do PIBID, sendo que o estudo do mesmo se justifica pela necessidade de compreensão prévia acerca da realidade que será objeto de futuras intervenções educativas pelos membros do programa. Para realizar essa análise, nos fundamentamos na definição de Veiga (1997), na Lei Nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), juntamente com nosso entendimento sobre o PPP como uma ferramenta norteadora de todo o trabalho pedagógico da instituição escolar. Realizou-se então uma análise crítica do PPP, com o objetivo geral de problematizar se ele está sendo bem aplicado e respeitado pelos membros do corpo docente. Para a realização desta análise crítica, foi selecionado como local a Escola Estadual José Rufino (EEJR), localizada na cidade de Angicos-RN. Essa instituição escolar funciona nos turnos matutino e vespertino ofertando do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, e no turno noturno com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) 2º e 3º períodos. O Projeto Político-Pedagógico da referida instituição foi reformulado com base em suas ações junto com a comunidade escolar, contendo objetivos e metas de ensino, sendo que busca uma projeção do desejo de criatividade nas ações educativas a serem desenvolvidas com qualidade bem como mediante a integração dos profissionais com o intuito de garantir o sucesso no percurso de aprendizagem dos estudantes. Este documento esteve vigente na instituição até 2016, sob o título de Formando cidadãos do Amanhã, e a partir desse ano passou por reformulações pontuais. A instituição trabalha desde sua formação em uma maneira de concretizar seus objetivos educacionais, visando melhorar a qualidade da aprendizagem, sendo assim, tornando-se necessário uma revisão do Projeto Político-Pedagógico com o intuito de aproximá-lo da realidade local, simultaneamente respeitando os valores culturais de sua comunidade e se adequando às novas exigências legais. Sendo assim, o presente artigo tem como objetivo principal analisar de maneira crítica o PPP da referida

escola, com ênfase no currículo, buscando responder algumas questões, tais como: O PPP está em conformidade com os parâmetros legais? O currículo está sendo devidamente atualizado/aplicado? Está obtendo resultados? Está dentro dos padrões exigidos pela Base Nacional Comum Curricular? Quais as ações e especificidades previstas neste currículo? A metodologia utilizada baseou-se na leitura do PPP Formando cidadãos do Amanhã, ao qual foi antecedida por leituras teóricas com o intuito de obter uma compreensão maior sobre o objeto de estudo, sendo eu reportamo-nos então, aos autores: Veiga (1997), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Silva (1999), Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dentre outros. Estes autores e documentos legais permitiram uma visão crítica sobre o objeto de estudo e sua importância para o funcionamento da escola. Por meio das leituras, se tornou perceptível que essa instituição adotou uma visão Piagetiana e Vygotskiana em seu PPP, e que a mesma reafirma o pensamento de Veiga (1997), tratando o PPP como uma concretização de um conceito que visa à realidade, tendo como base o que se tem, e o que se quer para a escola, contendo fundamentos e princípios que garantirão à escola potiguar uma identidade que a gestão pretende consolidar em sua prática pedagógica. O currículo também é tratado com sua devida importância, sendo sistematizado de forma interdisciplinar, e dando suporte à conexão entre as diferentes áreas de conhecimento. No PPP ainda estão descritas atividades complementares como pesquisas, estudos individuais e em grupo, visitas a bibliotecas públicas, passeios ecológicos, dentre outros, sempre prevendo o apoio do professor. Além disso se tornou perceptível a interação que a equipe pedagógica possui com a leitura, com os bens culturais de sua comunidade, com o aprendizado sobre questionar, dialogar, criticar, compreender, raciocinar, refletir, escrever com coerência, trabalhando educativamente para que os alunos valorizem esses aspectos, sendo ainda estimulados a desenvolver competências e habilidades que possam ser utilizadas não somente dentro do ambiente escolar, mas fora dele. Mediante a realização deste processo educativo, que se expande para além da sala de aula comum, os alunos poderão adquirir confiança em sua própria capacidade de pensar e encontrar soluções para os problemas de seu dia a dia. Também se tornou perceptível que uma das funções sociais desta escola é a de oferecer condições para que gradativamente os estudantes adquiram novas competências, responsabilizando-se pela realização de tarefas em sala de aula, assim como em casa, e ainda aprendendo a manter o material escolar em ordem, buscando ajuda quando necessário, e conquistando aos poucos sua autonomia em seu processo de escolarização. Com base na pesquisa em andamento concluímos que o documento não se trata de um simples agrupamento de ideias, de planos de ensino e de atividades diversas, mas sim de um constructo teórico-prático com fins educativos e no intuito de que aquilo que está previsto seja vivenciado em todos os momentos do trabalho educativo na escola, não sendo construído somente por aqueles diretamente ligados ao processo de ensino-aprendizagem, mas sim por todos os agentes envolvidos no processo educativo. Dessa forma, notou-se que, tanto o PPP quanto o

currículo escolar, ambos intrinsecamente ligados, são fatores essenciais para o funcionamento da escola. Referências BRASIL. Ministério da Educação. Lei Nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília: 1996. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília: 2016. SILVA. Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma construção possível. Campinas: Papirus Editora, 1998.

Palavras-chave: .

¹,;